

JOSÉ IGNACIO MONTEAGUDO ROBLEDO

RESUMO EM PORTUGUÊS
DA TESIS DOCTORAL

ANTROPOLOGIA E LINGUAGEM
NA CORRESPONDÊNCIA FAMILIAR.

O CONTEXTO DISCURSIVO
NAS CARTAS DE ANTÔNIA
DE FRUTOS GARCÍA
(1967-1986)

Director:

Manuel González de Ávila

Departamento de Lengua Española
UNIVERSIDAD DE SALAMANCA

2015

O TEXTO E O CONTEXTO TEÓRICO COMO PROBLEMA EMPÍRICO E TEÓRICO

O projeto desta pesquisa começa vinculado à escrita de cartas de emigrantes castelhanos e leoneses à América, mas foi, aos poucos, adquirindo outros contornos, em função de novas circunstâncias; a mais afortunada das quais foi conhecer Milagros González de Frutos e, através dela, sua mãe, Dona Antonia, que teve a imensa generosidade de permitir a mim o acesso à copiosa correspondência mantida com seus familiares na Argentina e na Espanha. Este epistolário poderia ter reforçado o projeto sobre os vínculos entre escrita e emigração, mas a verdade é que não soube encontrar naquelas cartas elementos que me remetessem à emigração americana como um fenômeno, um conflito ou mesmo um problema de investigação. De fato, a principal correspondente de Antonia já havia nascido na Argentina e a primeira impressão foi a de que, através desta correspondência, se instituía uma relação que não existia anteriormente e se remodelavam outras preexistentes.

Outro achado me colocava diante do problema concreto da insuficiência da dimensão textual para captar o sentido de determinados discursos. Analisando os materiais epistolares incluídos nos relatos de prêmios de memórias de imigrantes analisados por mim no âmbito de outras pesquisas, me chamou atenção um cartão postal. Na frente do cartão postal havia uma cena galante: um casal sorridente no ato de entrega de um ramo de flores por parte do rapaz. No verso, um texto escrito expressa certa ambiguidade sobre seu propósito. Por um lado, se explicita um ato de fala direto, a felicitação, e seu instrumento, a escrita no cartão postal, mas “ao mesmo tempo” o locutor, apresentado como “este teu apaixonado”, se inclui como destinatário dos desejos de prosperidade, e expressa o que pode ser um ato indireto: uma declaração de amor. A mensagem icônica da frente contradiz o ato direto e reafirma o indireto. A

narrativa na qual se inseria o postal nos facilitou uma informação contextual sobre a situação comunicativa e seus efeitos: o cartão postal havia sido escrito e entregue durante uma travessia de barco na qual ambos correspondentes, iniciando seu périplo migratório a partir de distintas localidades zamoranas, se conheceram e se apaixonaram.

Este achado é o ponto de partida da construção do objeto desta investigação. Motivado por esta evidência empírica, dois tipos de problemas emergiram pouco a pouco. Quem são os sujeitos dos discursos? Que responsabilidades confluem em sua materialidade discursiva? Como o contexto influi em tudo isso?

Assim se foi delimitando o objeto geral desta tese: investigar o papel do contexto discursivo na configuração das identidades e das relações interpessoais na correspondência familiar. Esta delimitação nos pareceu relevante na medida em que proporciona, através da investigação do contexto, um novo olhar sobre os aspectos pragmáticos da escrita epistolar não explicados ainda de forma satisfatória por nenhuma das disciplinas implicadas. Para aproximar-me deste objetivo geral, estabeleci os seguintes objetivos específicos: construir uma base teórica sobre o significado do contexto e seus usos nas análises linguísticas; entender as determinações do meio escrito como contexto material da comunicação epistolar; compreender o funcionamento da carta como dispositivo socialmente eficaz, e analisar, atendendo ao texto das cartas e ao contexto do intercambio epistolar, a construção discursiva das identidades e das relações interpessoais, incluída aí a dominação masculina no âmbito familiar.

Assim, portanto, para me aproximar do objeto de investigação foi necessário avançar simultaneamente nas seguintes frentes de trabalho: abordar problemas teóricos e empíricos, selecionar referências teóricas e compará-las com investigações afins, fazer opções metodológicas, configurar o local de observação e do *corpus* documental, além de definir procedimentos analíticos.

Partimos de alguns pressupostos teóricos que constituem o fundamento para o desenvolvimento de nossa abordagem:

1. *O papel primário do contexto.* Não são os enunciados, nem única nem principalmente, aqueles que definem a sua função comunicativa, nem seus efeitos pragmáticos, mas seus contextos. É necessário, portanto, perguntar-se sobre as propriedades do contexto da comunicação (escrita epistolar nas cartas familiares).

2. *Especificidade da escrita.* A comunicação escrita é uma modalidade parcialmente autônoma da comunicação verbal com uma dimensão pragmática específica.

3. *A prática social determina as formas e significados da interação comunicativa.* Esta comunicação não é nem pessoal, nem livre, nem espontânea. É sócio-historicamente condicionada e culturalmente modelada em gêneros, produtos e práticas. O gênero epistolar, as cartas e a prática da correspondência, com suas variedades, são facilmente reconhecíveis. O gênero como um molde formal e prática social da escrita não são categorias classificatórias, mas padrões prévios aos quais se ajusta a interação social.

O texto e o contexto teórico como problema empírico e teórico

Definido a priori o contexto no seu sentido literal, ‘o que rodeia o texto’, se fez necessária a determinação prévia do significado deste termo. Não é uma tarefa fácil, já que não contamos com uma definição satisfatória de texto nem tampouco de contexto. Este termo em seu uso comum tem duas acepções diferentes que apontam para diferentes naturezas: uma propriamente discursiva, textual (os textos que rodeiam outros textos, incidindo em seu sentido), e outra extra discursiva que remete ao mundo, à realidade social em que se enquadram os discursos como atividade comunicativa (uma época, um lugar, uma situação ou umas circunstâncias determinadas). Constituído pelo mundo ou pelas palavras, o que parece claro é que o contexto se situa em um espaço intermediário entre os discursos e a realidade referida por estes. Desde logo, a questão “quem escreve, por que e para quem?” põe-nos ao mesmo tempo dentro e fora do texto, pois nele estão presentes os sujeitos empíricos da interação comunicativa

como figuras da enunciação. Seria ingênuo acreditar que esta apresentação é automática e inequívoca, que as pessoas "estão" nos enunciados. Portanto, neste terreno fronteiro entre o texto e o mundo que estamos identificando com o contexto, temos que acrescentar outra dimensão contextual às já mencionadas: a apresentação (ou representação) nos discursos dos sujeitos, com suas intenções, personagens, etc.

Considerações gerais sobre as principais referências teóricas

A correspondência da família, enquanto comunicação eficaz, com efeitos nos interlocutores e no mundo, é claramente objeto da pragmática linguística. O estudo do caráter performativo dos discursos orais foi dando lugar aos escritos, incluindo ocasionalmente os epistolários como vertente aplicada, interdisciplinar, que recolhe e aplica as teorias linguísticas, acrescentando em seu caso as outras ciências sociais, onde encontramos os fundamentos mais sólidos para atender à nossa pesquisa. Neste quadro metodológico seguiremos três orientações: em primeiro lugar a da "escola francesa", por seu caráter integrador, seus vínculos com as teorias da enunciação e sua coerência conceitual. Também nos deixamos acompanhar por Teun van Dijk, por seu caráter interdisciplinar e preocupação com os efeitos do contexto discursivo e também pelos principais teóricos da análise crítica do discurso (Fairlough, Wodak, Meyer), por suas implicações sociais e sua pretensão de indicar as falhas, desequilíbrios e injustiças sociais, e suas manifestações (e encobrimentos) nos discursos. Procuramos não ignorar as contribuições de outras disciplinas na órbita das ciências da linguagem que se ocuparam da correspondência familiar como são as estruturas retóricas e estilísticas analisadas a partir da teoria literária ou as questões diacrônicas abordadas pela linguística histórica. Outro aspecto do nosso objeto é eminentemente social e cultural. Portanto, não limitamos nossa perspectiva ao meramente linguístico, mas, ao contrário, quisemos nos colocar no espaço fronteiro das disciplinas que lidam com os aspectos sociais e culturais da língua, ou seja, a sociolinguística e a antropologia linguística. A

antropologia linguística é relevante para estes efeitos na medida em que pretende "revelar o papel que desempenham os recursos linguísticos na constituição de um marco interpretativo, como o estabelecimento de um contexto institucional ou a expressão de uma ideologia determinada do eu e do outro" (Duranti 2000: 370-371).

Por outro lado, a antropologia nos proporcionou também o embasamento teórico e conceitual para enfrentarmos o problema da comunicação epistolar como *prática cultural*, portanto, *simbólica*, enquanto nos servimos da sociologia para entender a interação epistolar como fato social. A antropologia também nos forneceu um referencial teórico apropriado para integrar a abordagem *macro* dos contextos globais com o *micro* da interação localizada. O estudo da subjetividade fornece, ainda, teorias intermediárias entre o determinismo estrutural e a agência individual. Para os antropólogos, o tema do significado não é meramente semiótico nem linguístico, mas antes, está intrincado nas crenças e relações sociais, inscrito em um mundo intensamente simbolizado e institucionalizado. Enquanto para os sociólogos, tem sido muito importante a obra de Erving Goffman, foi especialmente Pierre Bourdieu quem nos proporcionou o maior e mais rentável manancial de ferramentas teóricas.

Considerações gerais sobre as estratégias metodológicas

As escolhas metodológicas foram impostas, em grande parte, pela natureza empírica, experimental (e não especulativa) da investigação. Por isso, preferimos deixar de considerar a linguagem como algo aparte da cultura e da sociedade, e tomar das ciências sociais o necessário para tentar testar as hipóteses, verificando tanto o plano da enunciação como o mundo que esta representa. Concordamos com Teun van Dijk (2011, 2012), quando afirma que a influência do contexto sobre a produção, circulação, interpretações e efeitos do discurso não é direta, mas mediada cognitivamente. Mas a dificuldade de observar empiricamente o funcionamento mental dos "modelos de contexto", internalizados pelas pessoas e disponíveis para as interações verbais,

tivemos que nos contentar com a análise dos discursos em sua materialidade, que no caso da escrita de cartas supõe considerá-los como objetos com formas significativas, e como dispositivos com funções e efeitos histórica e culturalmente determinados, tão institucionalizados como pode ser o meio ou o gênero. Com nossa análise pretendemos estabelecer relações entre elementos do texto e do contexto, tanto no nível do discurso como no plano extra discursivo, no mundo empírico que mantém a interação, essencialmente os participantes e os relacionamentos que são criados e transformados por meio de interação verbal.

Constituição do corpus de análise

Trata-se de um conjunto de 252 cartas de várias correspondências intercaladas. Tivemos que estabelecer, portanto, um primeiro critério de classificação, por origem e remetente, entendido este como a pessoa que escreve pessoalmente a carta original ou a minuta. Consideramos Antonia de Frutos como ponto de origem ou de chegada das remessas, e, assim, constituímos os seguintes grupos de cartas:

- O mais volumoso, de correspondência com sua prima Lady;
- Outro, menos numeroso, com sua prima Marta;
- Outros compostos por somente uma ou duas cartas, com a companheira de cabine de Fidela em sua viagem à Espanha e com pessoas relacionadas à família na Argentina;
- Outro com seus tios em Guadapero e Serranilla del Llano, em uma província de Salamanca,
- E, segregados do conjunto, sete envelopes azuis com a correspondência com sua irmã em Madrid.

Classificar as cartas por remetentes, ou por categorias de remetentes (tipicamente, os parentes que vivem em lugares diversos) era necessário para relacionar os participantes na correspondência com as figuras da enunciação e

suas características. Outro critério pertinente era o da localização dos remetentes, para poder separar as cartas recebidas de terras americanas das enviadas a partir da Espanha, os dois "mundos" colocados em relação através de uma correspondência. Os principais critérios para classificar os elementos constitutivos de cada epistolário em seus distintos níveis, os contextos espaciais, temporais e pessoais, são precisamente os elementos constitutivos do aparato formal da enunciação (Benveniste, 1971), os componentes fundamentais do discurso (Hymes) ou as referências do sistema deíctico (Hanks, 1987.)

Assim, então, formamos um primeiro nível de conjuntos de cartas unidos pela continuidade de seus correspondentes, que chamamos de *correspondência*, e que inclui em seu caso particular, tanto as cartas realmente enviadas como as minutas das respostas e um terceiro que podemos identificar como *carta*, mas que inclui os elementos peritextuais como o envelope e qualquer elemento que acompanhe a carta propriamente dita, e um quarto nível no qual se compreendem os *elementos internos de cada carta*. Em termos arquivísticos e de acordo com as regras gerais de descrição multinível da Norma ISAD (G), os níveis estabelecidos se correspondem aproximadamente com os termos: fundo, série, unidade documental composta e unidade documental simples.

O CONTEXTO DISCURSIVO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

O conceito teórico de contexto na antropologia está intimamente ligado ao princípio fundamental do holismo. Stephen Turner afirmava: "o que procura o etnógrafo nas suas tentativas de tornar mais inteligível uma forma de vida estranha é, acima de tudo, *fornecer o contexto*". Os antropólogos estão interessados no "contexto comunicativo", já que as relações não se dão exclusivamente entre indivíduos, mas fundamentalmente entre as instituições, das quais as pessoas são agentes. Segundo Honorio Velasco, os sujeitos individuais *colocam em prática* conjuntos de relações socioculturalmente mediadas e, por esta razão, "o contexto deve ser concebido não apenas como um conjunto de relações entre indivíduos, mas como um todo, dificilmente delimitável, de

relações de relações.” A partir desta perspectiva, a conceituação do contexto sociocultural é apresentada como um desafio teórico, epistemológico e metodológico: como dar conta desta trama relacional? Como demarcar o conjunto relevante de relações que a compõem? Se concebermos a comunicação verbal como uma modalidade de ação social, esta abordagem deve ser mantida para caracterizar o contexto discursivo.

A análise do discurso, como vertente aplicada das ciências da linguagem, assume no seu programa a configuração antropológica em muitos de seus princípios. A abordagem holística preside a concepção “constitutiva” dos contextos local e global, social e cultural, bem como o seu construtivismo e a prescrição de analisar os diferentes níveis e dimensões relacionando-os uns aos outros. Igualmente coerentes com os requisitos antropológicos são sua orientação empírica (análise de discursos tomados de exemplos e *corpora* reais) e sua atenção às categorias nativas, que devem se relacionar com as categorias teóricas do analista. Nesse sentido, o exemplo de descrições etnográficas específicos é imprescindível para “tornar explícito o conhecimento implícito ou ‘naïve’ que têm em comum os sujeitos” (Van Dijk, 1999: 17) ou para estudar a negociação de significados que se desenvolve na interação social (Blum-Kulka 2000: 93) e, embora tal programa esteja ainda pouco desenvolvido, é a fundamentação desta pesquisa.

As contribuições da Antropologia para a compreensão do contexto

Bronislaw Malinowski publicou em 1923 um texto importante, “O problema do significado nas línguas primitivas”. Neste artigo, argumentava que o significado de qualquer expressão “só se torna inteligível quando inserido em seu *contexto de situação*, se se me permite cunhar uma expressão que indica, por um lado, que a concepção do *contexto* deve ser ampliada, e, por outro, que a *situação* na qual as palavras são pronunciadas nunca pode ser negligenciada como irrelevante para a expressão linguística” (Malinowski, 1984: 230). Esta definição do *contexto de situação* influenciou grandemente a etnografia da comu-

nicação (Gumperz Hymes) e a linguística sistêmica funcional (Firth, Halliday), em conjunto com o de *contexto de cultura*, unicamente esboçado naquele trabalho, mas que só se desenvolveria mais tarde. Abria-se, assim, uma via alternativa ao relativismo linguístico whorfiano, uma vez que para Malinowski é a cultura que determina a língua e não o contrário.

Em relação à interação linguística, Malinowski partia de uma concepção de linguagem como "ferramenta única e indispensável para uma ação social unificada" (p. 325). Tendo constatado que em muitas ocasiões "os laços de união são criados por uma mera troca de palavras" (p. 330), avança o conceito de "comunhão fática", referindo-se a uma função da linguagem a que Jakobson atribuíra uma condição metacomunicativa principalmente instrumental. Nesse sentido, prestou atenção a tipos de comunicação muito sensíveis ao contexto (fórmulas de cortesias, silêncio, tagarelice), como algumas modalidades da correspondência epistolar na qual a "comunhão fática" é o objetivo principal, determinando tanto o conteúdo das cartas, praticamente desprovidas de informação nova, como a sua forma, com a inclusão obrigatória das fórmulas de saudação, despedida, etc. É o que acontece com a correspondência amorosa, com as felicitações natalinas e, de forma mais atenuada, em todas as cartas familiares: sua função primordial é seguir mantendo o vínculo relacional.

Na segunda metade do século passado, a antropologia linguística se orientou decididamente em direção ao uso da linguagem em seu "contexto de situação", enquanto se afastava da descrição gramatical e do falante ideal, substituído por participantes concretos em comunidades de fala. Com uma orientação claramente social, Dell Hymes, trabalhando em estreita colaboração com Ervin Goffman e William Labov, deu solidez teórica às primeiras etnografias com essa orientação, e consagrou conceitos como o de "contexto social", "competência comunicativa" e "evento de fala". Em colaboração com John Gumperz, ampliaria esse conceito, que implicava também um lugar muito particular de observação, ao de "evento comunicativo". Nos finais dos anos 70, Penelope Brown e Stephen Levinson, basearam-se na noção de "imagem" de

Goffman, e nas teorias de Paul Grice sobre a interpretação das intenções do falante e o princípio da cooperação para estudar de forma sistemática e transcultural a cortesia linguística. Alguns anos mais tarde, se consolidaria o interesse pela deixis. Antropólogos como Michael Silverstein e William Hanks advertiram, em seu trabalho de campo, que não somente os termos considerados gramaticalmente dêiticos tinham valor indexical, mas todas as expressões necessitavam referir-se a um contexto determinado para conseguir uma interpretação culturalmente adequada.

O contexto verbal ou cotexto. Relações (dialéticas) com o texto

Para diferenciá-lo do contexto não verbal, se denomina *cotexto* a qualquer dito ou escrito anterior ou posterior ao ato de comunicação. De acordo com Mikhail Bakhtin, "um texto vive somente se está em contato com outro texto (contexto). Somente neste ponto de contato é que aparece uma luz que ilumina afrente e atrás, que inicia o texto dado em diálogo" (1999: 384). O caráter dialógico dos textos e o desdobramento ilimitado das relações entre uns textos e outros, esboçado nas reflexões bajtinianas, terá seu corolário teórico no conceito de *intertexto*, mais tarde ampliado ao *interdiscurso*. Para François Rastier (1998: 107), os textos são interpretados dentro de um *corpus* que, por sua vez, é formado de textos conformados pelo mesmo gênero e vinculados a uma prática discursiva particular. Nesse sentido, "o texto é o ponto de encontro entre o contexto e o intertexto".

Esta complexa relação tem uma utilidade analítica evidente, pois o problema metodológico desta pesquisa não é só como destacar o texto do contexto, mas como definir categorias teóricas relevantes para a sua análise. Evidentemente, esta pertinência não pode ser determinada arbitrariamente pelo pesquisador, mas deve ter uma confirmação empírica do que é realmente relevante para os participantes na comunicação observada. O guia teórico que estamos construindo nos coloca na posição de quem quer ver o contexto além ou por trás dos textos, como um psicanalista que busca indícios de verdade

entre o emaranhado discursivo, em suas incoerências e contradições, assim como nos rodeios com o propósito, mais ou menos consciente, de evitar o que não pode ou o que não se quer dizer. A partir de um ponto de vista contextual, o texto também é, além de incompleto, suspeito.

Segundo Catherine Kerbrat-Orecchioni, o contexto desempenha um papel fundamental na produção de enunciados, uma vez que determina o conjunto de escolhas discursivas a serem feitas pelo locutor: temas, formas de tratamento, nível de linguagem, atos de fala. Esta influência é sempre dialética, pela capacidade do texto de alterar os contextos (em Maingueneau Charaudeau, eds. 2005: 125).

Onde está o contexto?

O contexto está na realidade social circundante e de alguma forma está presente no mesmo discurso, mas a sua localização genuína é a mente dos participantes na comunicação, sob a forma de representações mentais de elementos de todos os tipos (verbais e não verbais). Nesse sentido, se alinham as posturas teóricas mais representativas.

Kerbrat-Orecchioni (1980) enumera com muita precisão as insuficiências da linguagem neste momento e sublinha a "possibilidade e necessidade de reintegrar o extralinguístico": "não se pode descrever uma mensagem sem ter em conta o contexto no qual está inserida e os efeitos que se pretende obter". Denomina de "universo de discurso" a "algo extremamente complexo e heterogêneo", que abarca, além das restrições temático-retóricas, "os dados situacionais e, em especial, da natureza escrita ou oral do canal de transmissão... estes dados não são mais pertinentes que sob a forma de "imagens", de representações que os sujeitos enunciadorees constroem a partir deles".

Os analistas da conversação, por sua parte, tentam determinar o contexto a partir da fala concreta e de seus comportamentos relacionados, pois defendem que "a única forma empiricamente apropriada para evocar um contexto é atender ao que os próprios participantes tornam relevantes por meio de suas

ações linguísticas” (Duranti 2000: 364). A informação verbal, embora fundamental, não é suficiente para a análise contextual; na verdade, o que não é dito, o que é censurado ou proibido, pode ser fundamental, por isso, se faz necessária a coleta de dados sobre a situação comunicativa de seus participantes.

Contexto cultural e contexto situacional

Voloshinov concebe o contexto como uma determinação materialista: “não se pode separar o signo das formas concretas da comunicação social, uma vez que o signo é parte da comunicação social organizada e não pode existir fora dela ... Não se podem separar as formas da comunicação de sua base material ”(1992: 47). Uma concepção que Fairclough e Wodak (2000: 394) ampliam ao considerar que os enunciados “só fazem sentido se levarmos em conta seu uso em uma situação específica, se entendermos as regras e convenções subjacentes, se reconhecermos sua imersão em uma determinada ideologia e cultura e o que é ainda mais importante, se soubermos a quais elementos do passado se refere discurso”. Na verdade, uma quantidade respeitável de elementos discursivos é altamente dependente do contexto cultural: gêneros, estilos, registros... Também poderíamos pensar em certos atos de fala condicionados pelo contexto da situação, como os cumprimentos que respondem a convenções enraizadas nas práticas culturais de grupos sociais específicos.

Outra maneira de conceber o contexto cultural é considerar seu caráter de campo de disputa política. Para Pierre Bourdieu, “as relações linguísticas são sempre relações de poder... Uma parte muito importante do que acontece nas comunicações verbais, inclusive o conteúdo da mensagem, permanece ininteligível se não se leva em conta a totalidade da estrutura de relações de poder presente, ainda que invisível, no intercâmbio linguístico” (Bourdieu e Wacquant 2005: 207-208). Para o sociólogo francês, o *campo linguístico* se estrutura como um sistema de relações de força na desigual distribuição de capital linguístico (Bourdieu, 2001).

Goodwin e Duranti, adotam uma perspectiva que limita o papel da ação situada. Para estes investigadores, a localização espacial e temporal do evento comunicativo é a primeira das dimensões do contexto, e inclui tanto a representação psicossocial que os participantes fazem dos lugares e tempos, como dos elementos dêiticos do discurso. A segunda dimensão do discurso diz respeito à dimensão "da maneira em que os participantes usam seus corpos e seu comportamento como recurso para enquadrar e organizar o seu discurso", ou seja, os elementos não-verbais de comunicação (1992: 6-7).

No nosso entender, as teorias da enunciação são as que melhor explicam a manifestação do contexto no texto. No que diz respeito à questão do contexto, Oswald Ducrot aponta a diferença de natureza entre sentido e significação para "refutar a concepção comum de que o sentido do enunciado é a significação da frase salpicada com alguns ingredientes retirados da situação de fala" (1986: 185). O sentido, de acordo com seu ponto de vista, não está fora dos enunciados e é, portanto, de natureza linguística. O problema do poder performativo das palavras não reside no que as pessoas fazem ao falar, mas no que a fala, de acordo com o enunciado, ele mesmo, supostamente faz. O problema da enunciação afeta as diferentes dimensões do contexto: aos participantes como enunciadores, que devem ser autorizados institucionalmente, e que têm que se adaptar à situação, estando cientes de que ambas restrições dependem da eficácia comunicativa e simbólica de seus discursos. Da mesma forma, é no enunciado, em sua modalização e nos vestígios dêiticos pessoais, onde o enunciador se torna um agente que interatua com outros para obter determinados resultados. Mas a "colocação" do enunciador frente aos outros é também paratextual (ou seja, expressa na materialidade da escrita, como uma assinatura, nota marginal, ou menção nos envelopes) ou mesmo extratextual.

Os cientistas sociais não deixaram de criticar a orientação mentalista da teoria dos atos de fala de John L. Austin porque "parece contradizer a compreensão antropológica da ação humana e de sua interpretação dentro do contexto" (Duranti 2000: 308). A antropóloga Michelle Rosaldo é responsável

por uma das críticas mais avasadoras, com base no etnocentrismo subjacente à condição de sinceridade (sua experiência etnográfica entre os ilongotos confirmava a radical diferença cultural desta propriedade), e na sobrevalorização das ações e realizações individuais (para os ilongotos as relações sociais são muito mais importantes do que as intenções individuais). A própria noção de pessoa, sua continuidade e agenciamento, sua orientação privada ou pública, é resultado da projeção das ideias de seus autores em suas teorias, carente de pensamento reflexivo e confronto intercultural. Uma grande quantidade de dados empíricos em inúmeras culturas corrobora para a irrelevância do componente intencional (o ritualismo linguístico, por exemplo, ou o entorno jurídico, no qual os condicionalismos institucionais praticamente anulam a intencionalidade individual). Do ponto de vista da antropologia, a teoria dos atos de fala se tornou muito promissora no sentido de reconhecer que a linguagem é ação, mas não foi capaz de detalhar a complexidade do conceito de ação, assumindo uma noção desproblematizada e mesmo idealizada.

No entanto, a crítica mais radical à teoria dos atos de fala da sociologia vem de Pierre Bourdieu. Em sua obra monográfica sobre a economia das trocas linguísticas (2001), argumenta que os discursos só adquirem valor e, portanto, adquirem sentido, na relação com um mercado que, como tal, é regido por uma lei de formação de preços. O valor do discurso depende da relação de forças entre as competências linguísticas dos interlocutores, ou seja, sua capacidade de produzir os discursos e, sobretudo, de poder impor os critérios de validação mais favoráveis a estes produtos. Para avaliar o preço de mercado de um discurso não bastam as propriedades linguísticas, tais como o estilo; é necessário fazer referência ao contexto de qualidades sociais (status, classe...) e institucionais (títulos escolares...) em que se encontra e das quais emana toda a sua autoridade. Quando estas qualidades não estão presentes, as palavras não se configuram como *ato*, não sendo mais que simples palavras. As condições de felicidade antecipadas contextualmente contribuem para determinar o enunciado e permitem pensá-lo e vivê-lo como razoável ou realista. A eficácia

dos atos de fala só pode funcionar desde que sejam reunidas as condições sociais absolutamente exteriores à lógica propriamente linguística do discurso.

Em consonância com a orientação cognitivista de suas últimas pesquisas, Teun van Dijk tenta desenvolver uma teoria específica, de "modelos de contexto", capaz de explicar a influência do contexto nos discursos a partir de uma análise crítica de um grande número de estudos sobre a matéria, não somente nas ciências da linguagem, mas também em psicologia social, sociologia e antropologia. Ao final, reconhece o caráter "incipiente" de sua teoria do contexto, com aspectos que deveriam se desenvolver, como o status textual ou contextual dos "meios", a influência das ideologias, as mudanças dos modelos por danos cerebrais ou doenças mentais, a aquisição das categorias e formatos do modelo, etc. De toda forma, apesar da densidade expositiva, Van Dijk não elabora uma descrição detalhada das propriedades constitutivas do contexto porque a pertinência ou relevância das mesmas depende dos participantes no processo de comunicação (em última instância, pelos envolvidos na interpretação). Por isso apresenta uma classificação assistemática, que dá conta apenas das dimensões básicas. Ora, se os contextos, sendo experiências subjetivas, são únicos, como explicar as regularidades, os condicionamentos, os padrões? Como transformar em dados comparáveis a quantidade infinita de fatos incomensuráveis? Seu desdobramento teórico deixa muitas perguntas em aberto: Como funcionam os modelos de contexto em relação aos "modelos textuais"?, pois é razoável supor que exista algum dispositivo mental não pragmático, pra um uso descontextualizado da linguagem (semântico, gramatical, inclusive metalinguístico). Como funciona a interface, como ele a controla? Do ponto de vista metodológico, encontramos ainda o problema da observação das estruturas e dos processos mentais.

Proposta de caracterização cultural das dimensões do contexto: instituição, situação, participantes

Nossa proposta de classificação dos elementos contextuais pretende ser o desenvolvimento coerente das abordagens apresentadas e das críticas formuladas por outras taxonomias, com vistas à análise contextual do discurso epistolar. Trata-se de uma classificação integradora, na qual tem lugar, se não todas, a maioria das propriedades contextuais identificadas pelas correntes teóricas mencionadas. O esquema parte de uma classificação em quatro categorias, atendendo à propriedade do elemento contextual: extra discursivo, discursivo, linguístico e escritural; e três domínios: institucional (sociocultural), situacional e pessoal. O estabelecimento destes três domínios de localização social do contexto se apoia no que Fairclough e Wodak chamavam de "uma teoria multilateral complexa da mediação texto-sociedade que atribui o peso devido às ordens do discurso, às práticas dos atores sociais e aos processos cognitivos" (2000: 396). Ou seja, uma teoria na qual a ação social (da qual os discursos são uma parte essencial) está estruturalmente condicionada, interativamente construída e subjetivamente incorporada. O confronto dessas abordagens teóricas com os dados empíricos obtidos a partir de nosso campo de investigação só reforçou a pertinência da categorização tripartite.

O contexto sócio cultural de nosso *corpus* está determinado pela cultura dos países de origem e do período histórico em que a correspondência ocorre. Os participantes estão imersos em uma cultura com muitas características em comum (hispanica) e algumas diferenças (resultantes do pós-colonialismo) e uma posição social muito semelhante (classe trabalhadora com poucos recursos). No entanto, a instituição familiar justifica a comunicação epistolar. Mais precisamente, são os parentes da família extensa a instância que incardina as relações criadas e sustentadas pela troca de cartas. O contexto situacional tem a ver com a cultura grupal e intergrupal, com o estabelecimento de comunidades comunicativas eficazes. É o espaço de interação em tempo continuamente reatualizável, onde se produzem os acontecimentos discursivos

e onde têm lugar seus efeitos. O contexto pessoal inclui os participantes na comunicação, ou seja, os sujeitos empíricos das ações e os sujeitos da enunciação. Através de representações e modelos mentais, a realidade social forma parte de sua subjetividade. Enquanto indivíduos, adquirem competências, incorporam sua identidade social e as disposições para a ação através do *habitus*. Como atores, canalizam seus interesses individuais na interação, enquanto participam de intenções e estratégias coletivas.

OS CONTEXTOS DA COMUNICAÇÃO ESCRITA

As importantes contribuições de Jack Goody (1985, 1990, 2007) a partir da antropologia com uma perspectiva histórica deixaram claro que a escrita é mais do que apenas a representação da linguagem falada. Para entender as implicações cognitivas e sociais da escrita é necessário para se referir ao conceito de "tecnologia do intelecto". Goody fornece um primeiro nível, instrumental, compreendendo o sistema de signos e materiais necessários para seu uso, e um segundo que diz respeito ao armazenamento do escrito. A estas propriedades incorpora uma ainda mais importante: "o terceiro nível de ferramentas é o produto da interação entre o cérebro humano e a palavra escrita, que é externa ao ator de uma maneira diferente da língua falada. A diferença é uma questão de grau, mas com a escrita o *modus operandi* do intelecto humano é transformado por esta interação entre dentro e fora" (2007: 210).

No que diz respeito à nossa análise, as contribuições teóricas e empíricas de Jack Goody nos permitem avançar na confirmação da hipótese sobre a especificidade da comunicação escrita. Não é sobre o *canal*, ou seja, como for que as teorias da comunicação definam o que parece ser mais uma metáfora do que um conceito, mas a *tecnologia*, com todas as implicações sociais e cognitivas que comporta, incluindo as suas dimensões materiais enquanto ferramenta e enquanto conjunto de objetos produzidos para sua preservação e recuperação.

Uma das implicações sociocognitivas sublinhadas por Goody diz respeito à *racionalidade*. Max Weber já havia relacionado o uso da escrita com a racio-

nalidade burocrática, a necessidade de registros contábeis e o pensamento sistemático. Outro sociólogo, Bernard Lahire, teve a oportunidade de comprovar, empiricamente, o traço racionalizador da cultura escrita em seu estudo sociológico sobre escritas domésticas na França no final do século passado (1995, 1997). Frente à urgência temporal da comunicação oral, em suas práticas cotidianas de escrita, os sujeitos pesquisados mantinham uma relação mais reflexiva, uma relação "negativa" com o *habitus* que lhes permitia tomar consciência do comunicado. Como é evidente a partir dos resultados daquele estudo, a escrita, mesmo em suas práticas comuns, permite controlar os discursos, administrá-los, e, no caso da correspondência familiar, gerenciar a presença dos ausentes.

A correspondência entre Antonia e Lady nos permite ilustrar a transposição da lógica burocrática à comunicação familiar. A ocupação de ambas em funções administrativas tanto na indústria quanto no comércio, anterior ao início do intercâmbio epistolar, foi determinante para a gestão dos assuntos discutidos no início (necessidade de coordenação entre os parentes para facilitar a viagem de Fidela à Espanha), bem como o tratamento arquivístico das cartas por parte de Antonia, o que requeria uma conservação cuidadosa e ordenada, datação exaustiva, informação acrescentada sobre as circunstâncias de envio e recebimento das cartas, classificação por assunto, ao invés de ser por correspondentes, preparação de rascunhos e cópias, etc. Em nossa opinião, a burocratização do epistolário de Antonia guarda relação com a acumulação de um capital cultural que, por não ir acompanhado de capital econômico e simbólico, só adquire valor em determinados campos, como o familiar.

Para categorizar as condições cognitivas para comunicação escrita, definimos quatro classes de competência, dependendo cada uma delas dos diferentes domínios contextuais. Embora tenham que atuar em uníssono, cada uma destas competências tem suas próprias características. Respeitamos assim o caráter tríplice da escrita em sua intencionalidade: a vontade de *falar*, de

tomar a palavra (língua), de *dizer*, de produzir efeitos (discurso), e de *escrever* produzindo um objeto que se estende no tempo e no espaço.

Como não há nenhuma língua independente de seus usos, junto ao sistema gramatical devem-se aprender as regras que regulam as práticas linguísticas. Pierre Bourdieu inclui essa competência em sua teoria da prática através da noção de "*habitus linguístico*": disposições socialmente modeladas para dizer determinadas coisas quando é preciso dizê-las. Assim, restringe a capacidade de criar enunciados gramaticalmente corretos aos que são socialmente adequados, adequação esta determinada pelas estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e censuras específicas. O valor do discurso dependerá, então, da relação de forças entre as competências linguísticas dos locutores, ou seja, sua capacidade respectiva de produção, apropriação e valoração.

Tanto a linguagem como a escrita são técnicas corporais. Para Bourdieu, as competências necessárias para falar e escrever são dimensões da hexis corporal, onde se expressa toda a relação do mundo social e toda a relação social instituída com o mundo. Nas classes populares é evidente uma relação com o corpo dominada pela rejeição aos refinamentos e uma valorização da virilidade. Por isso, é possível entre as mulheres certo estilismo na escrita de cartas, e Lady não se cansa de elogiar as habilidades de Antonia a esse respeito.

A escolaridade dos participantes nas correspondências de nosso *corpus* é desigual. Fidela não chegou a aprender a ler e escrever e, entre seus irmãos, a precariedade no domínio da escrita revela uma escolaridade incompleta, exceto no caso de Serafin. Os membros da geração seguinte demonstram os efeitos de uma escolaridade mais consistente. Antonia não chegou a fazer os estudos secundários, mas consegue aparelhar-se de notável proficiência no uso da língua escrita. Em suas próprias palavras: "Eu sempre me saí muito bem em gramática... e, além do mais, sempre tive dicionários, e, das palavras, eu gosto de cada coisa no seu lugar, e isso que eu escrevo é o que consigo, porque eu me

viro melhor escrevendo, tenho mais facilidade... e você não vai encontrar uma falha na minha escrita, poucas, nem mesmo nos acentos” (E3 54.00).

Alguns usos não escolares da leitura e da escrita são aprendidos fora das instituições acadêmicas. Nestes casos, os processos de mediação são muito importantes. A escrita de cartas pode ter sido aprendida em sala de aula, mas a adaptação dos discursos epistolares às circunstâncias exige afastar-se do modelo escolar e seguir o caminho mais seguro que é o da imitação. O epistolário de Antônia começa a se formar precisamente como instrumento de mediação entre uma pessoa analfabeta, emigrante à Argentina, e seus parentes na Espanha. Os dois principais correspondentes assumem a responsabilidade de transmitir por escrito a comunicação entre os respectivos núcleos familiares.

Atuando por escrito. A autoridade para escrever

Ao passar dos agentes para a ação, no nosso aparato teórico tivemos que nos deslocar do *habitus* ao *campo*, para questionarmos de que maneira os discursos escritos intervêm na ocupação de posições concretas, e no sentido contrário, de que forma as posições que ocupam os participantes influem nos discursos. É necessário, também, examinar como se vinculam os campos institucionais e situacionais com o campo linguístico e o campo discursivo (podemos inclusive postular, dentro deste, um outro, exclusivo para a comunidade epistolar).

Cada uma das correspondências (séries) do epistolário constitui um campo relativamente autônomo: S1: relações com parentes na Argentina (tia e primos), S2: relações com parentes na aldeia (tios), S3: relações com sua família em Madrid (irmã), a partir de uma perspectiva egocêntrica de Antonia.

Mas, se o que está em jogo são valores, quais são os valores que estão em disputa no campo discursivo da correspondência de Antonia? Sua estratégia parece estar direcionada a fazer valer, principalmente, seus valores morais: a dedicação (frente à sua irmã), o desinteresse (frente ao tio Serafín), preocupação com os outros, empatia, solidariedade... e, acima de tudo, uma afetividade que

permeia todas as relações veiculadas a través dela Também não devemos esquecer o valor da influência, fundamental em todo jogo relacional.

Como se manifesta a autoridade para empregar a escritura epistolar? É claro que, nas instituições mais claramente hierarquizadas não pode haver margem para dúvidas. Emile Benveniste (1983) investigou a origem indo-europeia de um símbolo de autoridade sobre a palavra enviada, o *skêptron*, uma bengala que não tinha qualquer relação com o cetro real, mas que, em função de suas três condições (itinerária, autoridade e portadora de palavras), torna-se um símbolo do papel de mensageiro e sinal de sua legitimidade. Bourdieu (2001) incorporou esta ideia em sua teoria sociolinguística, chamando de "mistério do ministério" a este obscurecimento da autoridade a favor da delegação. O que parece claro é que, no discurso e no contexto material de produção da escrita, as mediações permitem várias formas de participação que se concretizam em figuras, papéis e funções específicos.

No nosso *corpus*, Antonia está sujeita a várias instâncias de autoridade permanentes e uma ocasional: em primeiro lugar, a mãe; de quem se inicia a intenção comunicativa (uma vez viúva, pois era seu marido o responsável), também a tia Fidela, nas cartas que escreve por ela quando está na Espanha e, inevitavelmente, o próprio marido, que não decide sobre o que tem que escrever, mas tem capacidade de controle de todo o processo, e as cartas vão com seu nome como destinatário em envelopes; finalmente, a família (estendida) como um agente coletivo.

A escrita eficaz. Atos de escrita

Na correspondência familiar, a eficácia discursiva pode ser entendida de diversas maneiras: como "felicidade comunicativa" pelo simples fato da troca de cartas, entendendo cada carta como um único ato de escrita cuja consequência é obter uma resposta (função fática); como a realização de atos performativos que envolvem efeitos em sua própria enunciação (relatar, saudar, despedir-se, declarar pêsames...), e como atos que requerem a cooperação dos

destinatários e, portanto, têm efeitos sobre a cadeia epistolar (respostas a perguntas) ou fora dela (pedidos específicos).

A escrita, de acordo com Béatrice Fraenkel, exterioriza atos sociais: a intenção não é suficiente para compreender a natureza do ato social, que "muda o mundo" de qualquer forma, cria obrigações, efeitos sobre o destinatário, o que não é geralmente conseguido com uma simples promessa oral, mas requer um ato jurídico que lhe dê validade. O ato de escrever teria como características a permanência, a duração, e a visibilidade social, ao que se deveria acrescentar a continuidade interpessoal. Todo ato de escrita é um ato gráfico (que conecta o corpo com o enunciado, como acontece com a assinatura) e um ato de elaboração de um objeto, um suporte das diferentes modalidades enunciativas, textuais, gráficas, etc., através dos quais, a escrita pode exercer a sua eficácia.

Os contextos situacionais das práticas de escrita: a mediação na distância

A principal característica "mediológica" da escrita é o fato de permitir a comunicação diferida e à distância. Isso significa que um dos níveis do contexto do discurso, tal como o definimos, o situacional, deve ser tratado de forma diferente para a comunicação oral e para a comunicação escrita. Podemos considerar a separação causada pelos movimentos migratórios como contexto situacional, uma vez que sua estrutura não é permanente (pois a ideia de regressar ao país de origem faz parte do projeto migratório) nem está institucionalizada. Na verdade, os vínculos de parentesco - fortemente institucionalizados - não são dependentes da presença imediata. No entanto, a falta de comunicação ("contato, toque") faz com que as relações se enfraqueçam ou permaneçam latentes.

Nosso *corpus* é formado por cartas de emigrantes tal como foram caracterizadas e tipificadas pelos pesquisadores, com algumas características peculiares: são posteriores ao processo de migração, consequência de seu estabelecimento no país de destino e da renúncia ao retorno, e, portanto, à

reunificação familiar. Somente Fidela manifesta saudade do migrante: "um santo dia veio da Espanha e deixou seus pais e, como te digo, isso lhe deixa mal e lhe dá até depressão", diz sua filha Lady. Também é inegável a utilidade da correspondência do nosso *corpus* no estabelecimento de uma rede de comunicação entre os familiares localizados em lugares distantes. Através da correspondência conseguem estabelecer uma troca de informações e fotografias, expressar sentimentos relacionados à distância, organizar encontros presenciais, etc.

É característico das relações familiares o estabelecimento de comunicação mediada pela escrita. Ao contrário da correspondência estritamente pessoal (cartas de amor seria o exemplo canônico), a família é coletiva, se ramifica entre indivíduos ligados por laços de parentesco. Por isso, é comum falar de redes epistolares para designar a comunidade comunicativa construída, ou reforçada, na troca de correspondência, o que justificou a utilização do modelo de *redes sociais* no estudo de Elisabeth Bott. No entanto, este modelo, tal como o configurou para seu uso em ciências sociais, é baseado em uma representação plana que esconde importantes dimensões da interação social como a autoridade, a delegação e a representatividade.

Posições e funções em redes relacionais

As referências pessoais na correspondência, verdadeiros *atos de nomeação* dos membros da comunidade epistolar, constituem o quadro estrutural sobre o qual se assenta o discurso das cartas, que pode até ser reduzido a uma expressão estereotipada, como acontece com as felicitações de Natal. A natureza obrigatória de cumprimentos e despedidas em fórmulas mais ou menos individualizadas, a expressão explícita de remetentes e destinatários, preocupação mútua pelo estado de saúde, e mesmo a assinatura, tudo isso configura a carta como um ritual que Habermas (1986) relacionava com as visitas de cortesia nas famílias europeias do século XVIII, justamente quando começou a generalizar-se na Europa a prática da correspondência da familiar.

A hierarquia entre as posições é reconhecível nas cartas de várias maneiras. Toñita escreve a seu primo Lady (C8) contando os detalhes da chegada de Fidela, a emoção do encontro e a hierarquia nas responsabilidades de hospitalidade (primeiro irmãos, em seguida, sobrinhos). Em outro ponto, Lady se despede escrevendo: "e que não me esqueça de Manolo, Milagritos, seu marido, os netos e as crianças, em fim, de todos, dê notícias à tia Antonia, Carmina e às crianças e Jesus e a toda família que perguntem por nós" (C134).

Consideramos até agora a família como área definida por posições com papéis previamente atribuídos, pois "sempre tende a funcionar como um *campo* com suas relações de força física, econômica e, sobretudo, simbólica" (Bourdieu, 1997: 132). Estas posições não são definidas apenas situacionalmente, gerando-se em cada interação, mas são fortemente institucionalizadas. Como qualquer instituição, a família é uma construção social culturalmente modelada e submetida à evolução histórica. Ainda que não exclusivamente, os discursos a constituem. Nesse sentido, a correspondência familiar, que encontra sua razão de ser na existência prévia da família, contribui para a sua instituição. E também se integra nas estratégias de produção, reforçando a solidariedade e a troca de bens, e de reprodução, servindo como instrumento de transmissão às gerações futuras do capital cultural herdado. Nesse sentido, Antonia de Frutos, herdeira das competências para a escrita epistolar, assume o papel que seu pai tinha na manutenção das relações com a família.

A construção discursiva da família, para Bourdieu, é fundamental. "Quando se trata do mundo social, as palavras criam coisas, para o estabelecimento de um consenso sobre a existência e o significado das coisas, porque estabelecem o consenso sobre a existência e o sentido comum, a *doxa* aceita por todos como evidente" (1997: 129). Portanto, o discurso familiar se refere a um "universo no qual estão suspensas as leis usuais do mundo econômico, a família é o lugar da confiança e do *dom*" (p. 128). É, portanto, na lógica do *dom* (Mauss 1971), aparentemente generosa, mas rigorosamente contratual, como devemos entender a reciprocidade e a obrigatoriedade da correspondência familiar, na

qual a possibilidade de não escrever ou de não responder é fortemente penalizada; inclusive os atrasos das respostas são motivo permanente de pedidos de desculpas. A reciprocidade também é evidente no interior das cartas, que não deixam sem resposta ou contra-dom cada uma das mostras de afeto recebidas: cumprimentos, memórias, preocupações pela falta de saúde ou de trabalho, etc., dos membros envolvidos. Em suma, através do intercâmbio desinteressado de algo igualmente desinteressado, como os afetos, é como se constrói o mais genuíno espírito de família. Assim, portanto, a correspondência entre Lady e Antonia não tem nada de individual, ambas são as vozes de suas respectivas famílias. Embora as cartas de Lady eram dirigidas à Antonia (“Por que quem me escreve? Para mim, a Toñita”), todas as liam, porque tratam de “coisas de casa, como anda a família” e porque, como dizia um neto de Antonia “se minha avó tem, todos temos” (E3).

O contexto social da correspondência que analisamos, a família, se assenta sobre um domínio espacial, o lar, a casa. Mais do que um lugar físico, é um espaço simbólico. No espaço doméstico de Antonia se exclui o comércio, as contas, os dinheiros. É o espaço da linguagem frente aos números e as angústias da subsistência.

A enganosa oposição entre oralidade e escrita

No ocaso da *grafoesfera*, existem alguns preconceitos sobre oralidade que devem ser esclarecidos, pois se passou de uma visão depreciativa a respeito da escrita a uma valorização excessiva, com tons românticos. O oral foi identificado com o popular e com o afetivo, de modo que quando esses aspectos aparecem nos escritos são considerados marcas ou traços da oralidade na escrita. Ou se situa a oralidade como o domínio do analfabetismo, sempre concebido como uma carência e com relação a outros “males sociais” que devem ser erradicados, ou se elogia a simplicidade, a naturalidade e a espontaneidade da fala, em comparação à artificialidade do escrito, ou se vê na escrita rudimentar sinais de vulgaridade ou falta de distinção, identificando-a com o registro coloquial.

Em cada uma dessas ideias a oralidade e o uso rudimentar da escrita compartilham das mesmas atribuições. Daí a crença em uma "escrita oralizada" incompleta, incorreta, comum, vulgar, coloquial, cotidiana, portadora do discreto charme do popular. Em nossa opinião, se a dicotomia entre oralidade e escrita faz sentido, é por motivos "mediológicos", ou em qualquer caso socio-culturais. Não há razões estritamente linguísticas nem funcionais nem formais, nem de variedade, nem de estilo, nem de registro, que sustentem solidamente esta oposição.

Quanto à dimensão diacrônica do nosso problema de pesquisa, é evidente que há uma historicidade na prática social da correspondência familiar, como há nas formas linguísticas, discursivas e gráficas que compõem o nosso corpus. Talvez o mais surpreendente seja a resistência no uso de e-mail em uma época em que a extensão social das telecomunicações, no sentido do acesso quase universal e de baixo custo, reduziu drasticamente o uso da modalidade não digital. Antonia permaneceu apegada à carta postal, como diz ela própria, por causa da dificuldade para manter conversas telefônicas pelos problemas de audição, e por sua resistência ao e-mail porque, segundo ela, a Internet "rouba o tempo". A consequência (ou talvez a causa?) desta atitude foi o fim gradual de sua exclusividade como porta-voz familiar. Em termos mediológicos, seria algo como uma manifestação tardia da *grafoesfera* diante da explosão da *videoesfera*. Nos termos da teoria da prática, uma *histéresis de habitus*: disposições objetivamente ajustadas a condições do passado que aparecem como desajustadas em relação à situação presente.

Na caracterização material da escrita popular, há tendência a simplificar as condições de produção na falta de competência linguística e gráfica. O contexto pessoal nos permite explicar melhor o significado do aproveitamento extremo na escrita dos rascunhos de Antonia: é intencional, consciente, permanente e valorizado positivamente pela executora, que se gaba desta habilidade. Ou seja, trata-se de um traço cultural adquirido que se manifesta em práticas concretas, observáveis empiricamente: ausência de margens, corpo de letra

pequeno, limitação a uma única folha de papel por carta, anotações em envelopes, reutilização de papéis diversos... Tudo isso ao lado de uma boa caligrafia e ortografia excelente.

A análise do nosso *corpus* revela limitações nos estudos da cultura popular escrita, por tornar evidente que os indivíduos têm um papel ativo na manutenção e reprodução das relações de desigualdade (as que estão submetidas às classes mais baixas, mas não só estas), e que este papel tem pouco de rebeldia, criatividade ou capacidade de apropriação, e muito de *aceitação social*, pelas expectativas de promoção: o conformismo é sempre mais vantajoso, na medida em que oferece mais capital social, permite beneficiar-se de redes assimétricas (favorecimento, clientelismo...). Esta é consciente e bastante detectável em recursos linguísticos, gráficos, e sob a forma de sociabilidade escrita (cartas aos poderosos, de súplica, felicitações...); também a *aceitação "cultural"*, por tradição normativa dos grupos aos quais se está ligado, pelo desejo de distinção do restante dos grupos, classes e status.

Os dados obtidos a partir de nossa pesquisa não concordam em situar a correspondência familiar "popular" nos estratos mais baixos; ao contrário, suas condições de possibilidade requerem posição intermediária, ou pelo menos não completamente baixa, marginal, nos respectivos campos: economicamente, o suficiente para arcar com os custos de formação e realização; socialmente é necessário um status que permita o uso da leitura e da escrita e, culturalmente, as habilidades adquiridas, apoio de mediadores, etc.

DEFINIÇÃO TEXTUAL E CONTEXTUAL DO GÊNERO EPISTOLAR

Concordamos com Maingueneau (2004: 61-62) no sentido de que os gêneros do discurso devem ser incluídos em tipologias comunicativas relacionadas com setores da atividade social. Nesses setores de atividade, os gêneros podem ser classificados de acordo com o *lugar institucional*, o *estatuto dos participantes* ou o *posicionamento ideológico*. Esses três critérios se encaixam aos três níveis em que dividimos as propriedades do contexto discursivo. Em coerência

com nossa consideração sobre o papel do contexto na produção dos discursos, estimamos que as características linguísticas das cartas (por exemplo, o uso de vocativos ou o da segunda pessoa) assim como as discursivas (estrutura da carta, uso de expressões de tratamento, etc.) são resultado direto dos contextos institucional e situacional. No âmbito institucional se situa a definição sócio histórica da correspondência epistolar (condições, tradições, status ...) e na situacional as posições relativas dos correspondentes e suas intenções. Estes são, no plano do real, as que determinam os estatutos de participação discursiva, com seus direitos, deveres e saberes.

Funções e estrutura da carta

Praticamente todos os estudos sobre a correspondência fazem menção a suas funções. Estas podem ser consideradas não como explicações teleológicas, mas como características pragmáticas inerentes às práticas: sua intencionalidade e seus efeitos. Do nosso ponto de vista, são cruciais para as estruturas.

Os propósitos na prática social se concentram na carta nos elementos primordialmente contextuais. A própria materialidade da carta nos permite falar de uma *função suporte*. Os elementos paratextuais têm uma *função de ancoragem* ou dêitica. Finalmente, e já com caráter textual, nas expressões de protocolo e na mensagem ou conteúdo se situam as *funções fáticas e expressivas*. Cada um destes elementos tem uma dimensão pragmática, podendo os textuais incluir uma variada gama de atos de fala: súplicas, pedidos, promessas... Os elementos constituintes sustentam uma estrutura bem reconhecível.

Quanto à estrutura das cartas, é preciso distinguir vários tipos de prática epistolar, cada uma das quais refere-se a uma atividade social e define a sua própria estratégia discursiva.

A primeira categoria compreende a atividade estritamente comunicativa, entre parentes, amigos, etc. A segunda é a da carta especializada, ligada à burocracia administrativa, comercial, jurídica, religiosa, etc. É a primeira a aparecer, historicamente, devido às condições políticas dos primeiros usos da tecnologia

da escrita. A institucionalidade impõe sua natureza impessoal. Por razões óbvias, neste o contexto institucional é muito mais decisivo do que o situacional. Grande parte da normativa epistolar está orientada a esta categoria epistolar, cuja eficácia é mais dependente do respeito às convenções de todos os tipos. O terceiro tipo é a carta literária: a sua função comunicativa base (no caso de conservá-la) acrescenta a estética. É um gênero literário provido de teorização, obrigatória, modelos canônicos, etc. Obviamente, a distinção necessária para a prática literária exige uma separação dos usos comuns da correspondência, mesmo que alguns aspectos desta, como o naturalidade, sejam muito apreciados (a desejada distinção deve se afastar tanto dos usos vulgares quanto os polidos).

A classificação nestas três categorias, com base nos diferentes marcos institucionais nos quais se produz a correspondência, levanta a questão da interconexão e da sobreposição de contextos institucionais (uma família de comerciantes, as cartas de amor de artistas e escritores...), incluindo a circulação e recepção das cartas, onde se deve levar em conta infinitas possibilidades de conservação, publicação e leitura. De qualquer maneira, o que cada carta traz escrito, portanto, exhibe em seu texto e seu contexto discursivo, é o conjunto de circunstâncias de sua produção, incluindo uma previsão mais ou menos determinante de recepção.

A carta elaborada ou culta e a comum

A vinculação com a retórica das artes epistolares, renovada no Renascimento e consagrada em obras importantes de autores influentes como Erasmo de Rotterdam ou Luis Vives, impunha uma estrutura epistolar dividida em cinco partes: *salutatio*, *exordium* (denominada também de *captatio benevolentiae*), *narratio*, *petitio* y *conclusio*. De acordo com a pragmática linguística moderna, cada uma das partes se corresponde a um ato de fala predominante: cumprir, pedir desculpas, informar, solicitar e despedir-se, respectivamente.

Parece lógico pensar que a estrutura da carta comum se ajuste a um esquema mais simples. Numerosos estudos sobre a correspondência não literária se põem de acordo ao apontar como invariante uma estrutura textual tripartite caracterizada por uma intensa formalização nas seções que abrem e fecham a carta e uma maior liberdade de expressão na parte central. A formalização rigorosa das porções extremas se deve, a partir de uma perspectiva textual, à necessidade estrutural e funcional de incorporar informação contextual, mas muitas vezes essa informação é redundante, pelo qual deveríamos pensar preferencialmente em instâncias extralinguísticas, tais como o monitoramento de um protocolo de interação social semelhante aos encontros presenciais, tal como Ervin Goffman estudou. Mijaíl Bakhtin se referia às fórmulas de saudação e despedida nos seguintes termos: "A variedade desses gêneros [os mais comuns na vida cotidiana] é determinada pela situação discursiva, pela posição social e pelas relações entre os participantes da comunicação: existem formas elevadas, estritamente oficiais desses gêneros, juntamente com as formas familiares de diferentes graus e as formas íntimas (que são diferentes das familiares)" (Bakhtin 1999: 268-269). Os historiadores da correspondência notaram sua inevitabilidade em todas as modalidades epistolares, de forma mais exaustiva na correspondência familiar, e concordam em assinalar a ancoragem discursiva no contexto social.

Articulação entre contexto e texto. Deixis temporal, espacial, social

Como esperado, nas partes de abertura e fechamento é onde se concentram a maioria das referências dêiticas: Por um lado, a *deixis espacial e temporal* na data, mas também nos advérbios de lugar, referências temporais, etc. Os lugares, os tempos, com suas distâncias e lapsos, indicam no enunciado a situação de enunciação, do referido e da recepção esperada. Por outra parte, a *deixis social* (que inclui o que alguns denominam pessoal) se mostra através das nomeações, vocativos, tratamentos, cumprimentos, etc. Alguns autores incluem a categoria de "deixis emocional" ou simpatética, que expressaria o

grau de proximidade ou confiança que oferece o enunciador. Finalmente, a *deixis comunicacional* responde à função fática ou meta comunicativa, é singularmente importante na correspondência epistolar pela necessidade de construir discursivamente (representar) o efeito da presença dos interlocutores. Este efeito de presença reside basicamente na carta como um objeto elaborado, enviado e recebido.

Os modelos e sua intervenção sobre eles. A paradoxal função da normativa epistolar

Os autores que reconhecem um caráter normativo nos manuais epistolares ignoram que a prática epistolar comum, enquanto comunicação discursiva, não está sujeita a regras instituídas por meio de leis, mas é o resultado de convenções que orientam o seu funcionamento e eficácia. Na correspondência da família não há nenhuma autoridade exterior que determine o padrão e penalize a sua transgressão, mas os estilos e modelos mais ou menos prestigiados, recursos submetidos ao mercado de bens simbólicos. E isso é precisamente o que procuram explorar os produtos editoriais ao oferecer referências e modelos de cartas. Para aqueles que pensam que os manuais epistolares tentam "ordenar as práticas" na escrita de cartas deve lembrar que deveríamos demonstrar primeiro empiricamente que estas práticas concretas estão de alguma forma orientadas por aquelas normas, como eram conhecidas e utilizadas em cada caso, e como se efetuava esse monitoramento. É inaceitável categorizar como "transgressões" a falta de adesão a umas diretrizes que de modo algum são normativas. A enorme quantidade de dados que apontam na direção oposta é esmagadora.

Os dados empíricos de nosso trabalho estão em consonância com aqueles aportados por numerosos estudos: nenhum dos participantes das correspondências que compõem o nosso corpus utilizou um manual epistolar como apoio para escrever cartas. Antonia de Frutos, a correspondente mais habilitada e ativa de nosso campo empírico, declara expressamente nunca haver lido nenhum em toda a sua vida, adquirindo suas habilidades por imitação no

entorno familiar e no trabalho. Nem mesmo em sua formação escolar a escrita de cartas teve uma dimensão relevante na aquisição da habilidade de redigir cartas.

O contexto enunciativo e pragmático: pessoas, relações interpessoais, efeitos

Dominique Maingueneau justifica o uso metafórico do teatro para caracterizar todo gênero de discurso que implique uma forma de dramaturgia. Sua abordagem analítica é baseada em três tipos diferentes de cena: a *englobante*, que se corresponde ao tipo de discurso; a *genérica*, definida pelo gênero de discurso (instância na qual se inscreve no texto a situação de enunciação e os papéis dos participantes são definidos), e a *cenografia*, que não é imposta pelo tipo ou o gênero, mas instituída pelo discurso em si. Em nossa análise, as cenas englobantes e genéricas da correspondência da família supõem parentes e famílias distantes, enquanto que a cenografia que instituem os discursos das cartas é a de uma família reunida, ou que se esforça para reunir-se, tão solidário ante às necessidades dos membros como estranha ao mundo extra familiar. O fechamento está formalmente estruturado pelos cumprimentos e pelas despedidas, mas também pelo que é dito no corpo das cartas, onde raramente aparecem menções a pessoas alheias. As referências explícitas às reuniões familiares, por motivo de casamentos, Natal, etc. constituem um dos assuntos recorrentes. As fotografias enviadas reforçam visualmente a ideia de unidade vinculada à felicidade, ao mesmo tempo que permite caracterizar os indivíduos. A C134 reúne duas cenografias em um único parágrafo, a do momento de escrever a carta e a recepção: "Mamãe está aqui ao meu lado e me diz para não me esquecer de Manolo, Milagritos, seu marido, os netos e as crianças, em fim, de todos, dê recomendações à tia Antonia, Carmina e as crianças e Jesus e a toda a família que perguntar por nós".

Segundo Maingueneau, "a noção de cena permite ao analista evitar categorias de discurso como contexto ou situação comunicativa, que podem facilmente levar a uma *concepção sociologista* da enunciação" (Charaudeau e Main-

gueneau, eds 2005: 221). Na nossa opinião, não se deve temer uma concepção sociologista da enunciação. Esta afirmação nos parece contraditória com a natureza da própria noção de cena de enunciação, uma vez que se refere a conceitos tão inseparáveis do contexto social como o de tipo e de gênero de discurso; além disso, o próprio carácter "acoplado" da cenografia como construção enunciativa torna imprescindível que se recorra à realidade social em qualquer operação analítica.

As bases teóricas e metodológicas de nossa análise, de fundamento antropológico, transcendem a barreira do formalismo linguístico (seja este funcional ou estrutural) para explicar, acreditamos mais convincentemente, porque no âmbito de uma correspondência familiar a cena discursiva é tão intimamente dependente do contexto institucional, situacional e pessoal, e porque nas cartas entre familiares não se podem implantar mais que determinadas cenografias. Nesse sentido, os dados observados na realidade extra discursiva de nosso *corpus* são pouco discrepantes em relação ao que as cartas oferecem, mas sem o recurso da análise contextual não poderíamos nem mesmo problematizar o que é mostrado na superfície textual, isto é, seríamos obrigados a fazer leituras ingênuas totalmente confiantes no relato nativo.

Inscrição e subscrição da subjetividade. O ethos

A noção de *ethos* discursivo é inseparável de uma "encenação" social. Definido como "encenação do eu" na situação comunicativa, ou como "imagem de si" que o enunciador exhibe na enunciação, no conceito foram sendo subsumidos postulados da micro sociologia de Goffman e da teoria prática de Bourdieu. Daí a denominação mais precisa de *ethos sócio discursivo*. A importância do conceito reside em neutralizar a oposição entre interação verbal e social, pois ambas são dinâmicas sociais que se condicionam mutuamente, dado o carácter eminentemente discursivo das relações sociais.

De alguma forma, é o reflexo do *habitus* no discurso, onde são levadas as predisposições adquiridas na dinâmica das posições nos campos pertinentes. O

campo de relações familiares está representado no campo discursivo que conforma a correspondência, cujos participantes, encaixados em determinadas posições, mostram uma imagem de si mesmos, herdeiros de seus respectivos *habitus*.

Maingueneau tem insistido em uma concepção de *ethos* que permita articular corpo e discurso: "A instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso não pode ser contemplada apenas como um estatuto (professor, poeta, amigo...), mas como uma 'voz' inseparável de um corpo enunciante especificado historicamente" (2010: 209). Embora Maingueneau insista em que o corpo do enunciador não seja o do falante extra discursivo, algo que só pode admitir no que tem de evidente, não na necessidade de dissociá-los sistematicamente, concordamos em considerar a voz como manifestação corporal, mesmo por meio da escrita. Portanto, o uso da palavra é essencial, oral ou escrita, na configuração da imagem que se oferece de si mesmo, especialmente no envolvimento do fiador no "mundo ético" ativado através da comunicação. Em uma correspondência, os efeitos da interação face-a-face são atenuados pela ausência física do interlocutor e, por isso mesmo, que quem escreve a carta pode elaborar a sua própria imagem; assim como o *ethos* projetado requer um retorno, a carta se constitui como um dispositivo de vínculo social.

Na análise das cartas de nosso *corpus*, tentamos relacionar as várias formas de *ethos* (prediscursivo, mostrado e dito) com os *habitus* dos vários participantes. Através da troca de cartas, no jogo de semelhanças e contrastes entre as imagens que cada locutor transmite, se configuram discursivamente as identidades. Por exemplo, a afinidade entre as primas Antonia e Lady vai sendo reforçada carta a carta, buscando ambas a coincidência na escolha de assuntos, o tratamento, a atitude, assim como nas palavras de admiração que dedicam mutuamente. O mesmo não ocorre na correspondência com Carmina, a irmã de Antonia, que mostra discursivamente uma grande divergência de *ethos*, o que lhe permite reafirmar sua imagem *ao contrário*.

Como Paul Ricoeur aponta, entre as coordenadas definidas pela linguagem e a ação, emerge o assunto com sua intencionalidade e seu próprio caráter projetivo da *ipseidad*. Mas isto só pode se constituir como uma relação dialética com a alteridade, e ambas têm sua origem no uso da linguagem: na reflexividade (cujas condições de possibilidade são acentuadas com a escrita) e na necessidade de um outro para a interlocução (primordial na correspondência epistolar). Assim, na troca de cartas o interlocutor se converte em instrumento especular no qual a subjetividade é projetada, refletida, e refratada. Nas palavras de Manuel González de Ávila, "os indivíduos constroem-se a si mesmos e ao outro... transmutando a conversa em um drama onde não arriscam apenas uma aposta de sentido (o acordo ou desacordo sobre o significado do que foi dito), mas também o *seu próprio ser simbólico* (sua auto e hetero representação, que é a sua humanidade)".

Enunciatários e seus papéis

Já comentamos a importância estrutural, funcional e pragmática dos vocativos iniciais como intenção de direcionamento da palavra. Também a dos vocativos intermediários, introduzidos às vezes por meio de conectivos (o mais frequente é "bem") para marcar uma nova orientação. Se os pronomes são os elementos discursivos que, como deícticos, servem de ponte entre o texto e o contexto, também os antropônimos penetram no texto a partir da realidade extra discursiva. Mais do que uma simples "etiqueta", a adjudicação do nome próprio a alguém supõe um ato de instituição ao serviço da reprodução social. A incorporação de um novo membro da família se formaliza com os sobrenomes, que revelam o caráter bilateral do sistema de filiação e a prioridade da linha masculina. Antônia lamenta a consequência da falta de descendência masculina do pai dela: "O 'Frutos' nosso se extingue, porque somos mulheres, vai ficando de fora...".

As cartas põem em jogo o uso dos nomes familiares e hipocorísticos, os diminutivos para as crianças e as mulheres, as diferentes fórmulas de cortesia ou os tratamentos de respeito, obrigatórios nos envelopes.

A assinatura. Nome e rubrica

A assinatura, localizada sempre ao final da carta, por meio de um ato semiótico de inscrição do sujeito empírico, encerra o périplo discursivo e lhe permite abandonar as máscaras que o convertiam em personagem de discurso. Se o vocativo do início da carta aponta ao ‘tu’ ao qual o discurso se dirige, a assinatura é a inscrição do ‘eu’.

Como em outras partes da carta, a assinatura tem sua origem nos usos burocráticos e cartesianos. Segundo Béatrice Fraenkel (2008), seu valor como ato performativo reside nas seguintes particularidades: a obrigatória presença do signatário e a fabricação de um objeto, um pedaço de papel que, graças à assinatura, pode funcionar como carta.

No nosso *corpus* todas as cartas levam sua assinatura, mesmo os rascunhos de Antônia. Nos primeiros aparece também o nome do marido, mas escrito pela mão dela. De toda forma, melhor do que interpretar casos isolados, tentemos sistematizar o que os participantes na correspondência fazem quando assinam as cartas:

- modelam, segundo várias opções de recorte, o nome pessoal, a partir do nome oficial, mais completo, o oficial com sobrenomes, ao mais familiar: Antonia de Frutos García pode virar: Antonia de Frutos, Antonia, Antoñita, Toñi;

- expõem seu nome, exibem-no tirando-o do corpo do texto e deixando-o no branco ao redor do papel, ao mesmo tempo “se expõem”, no sentido de se arriscarem, se oferecerem como prenda (Fraenkel 2001);

- aceitam como próprias as palavras precedentes, convertendo-as em “palavra dada”, ou seja, se responsabilizam pelos compromissos inerentes na enunciação;

- oferecem uma imagem de si através da “cursividade ostensiva” do signo pessoal e intransferível, que o representa como indivíduo;

- trasladam ao papel, com a rubrica, um gesto corporal. De algum jeito, inscrevem seus corpos no escrito. Pode-se observar, nas cartas de Lady, como na sua assinatura o nome pode estar mecanografiado, mas nunca falta a rubrica traçada à mão.

DOMINAÇÃO MASCULINA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA CORRESPONDÊNCIA FAMILIAR. APROXIMAÇÃO CRÍTICA AO EPISTOLÁRIO DE ANTÔNIA DE FRUTOS

No programa proposto para o desenvolvimento da análise crítica do discurso (ACD), Norman Fairlough e Ruth Wodak (2000) lembravam como as práticas discursivas podem ajudar a produzir e reproduzir relacionamentos desiguais de poder entre classes, sexos, etnias... O ACD deveria, portanto, defender os oprimidos e tornar visíveis essas realidades. Além disso, afirmavam que é necessário distinguir três domínios da vida social que podem se constituir no discurso: as representações do mundo, as relações interpessoais e as identidades sociais e pessoais. Esses domínios são quase equivalentes às três ordens da nossa descrição do contexto discursivo (institucional, situacional e individual). É assim que queremos elucidar as questões desta seção da pesquisa: Como se reproduz a ordem social familiar no discurso epistolar? Que influência exercem os discursos escritos na produção e reprodução dessa ordem? Como se revela discursivamente a dominação masculina?

Além das muitas referências textuais sobre a divisão sexual do trabalho, a diferença de status e as hierarquias na estrutura familiar, a correspondência entre Antônia e Lady é constitutiva da desigual divisão de responsabilidades, pois são elas quem assumem as trabalhosas tarefas do relacionamento epistolar: prover-se dos meios necessários, escrever as cartas, levá-las aos correios, distribuí-las para serem lidas, conservá-las, etc. Tudo isso apesar de ser uma comunicação coletiva entre parentes na qual elas são apenas as transmissoras, e pelo fato daquelas serem atividades domésticas, ou seja, por ficar no âmbito

feminino na divisão do trabalho. O teor cansativo da atividade epistolar se faz explícito nos textos das cartas dos anos 1980, quando ambas expressam o peso de ter assumido uma responsabilidade que tanto lhes cansa em um momento difícil de suas vidas.

O conceito, mais antropológico do que sociológico, de *status de gênero*, se manifesta nos diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres, com sua desigual valoração na escala de prestígio social. Essas diferenças aparecem também representadas nos discursos das cartas, uma vez que a prática da escrita epistolar faz parte dos papéis atribuídos previamente, reforçando-os e naturalizando-os. O que nas cartas se diz se estende a aspectos relacionados com a desvalorização do trabalho produtivo subalterno e, por suposto, o reprodutivo, que corresponde exclusivamente às mulheres, junto com o cuidado das crianças, idosos e até do irmão solteiro. Só a idade e a geração (o posto de avó) permite subir um pouco no status e se liberar da servidão, mesmo sem poder verdadeiro para tomar decisões.

Nessa configuração familiar, uma hierarquia vertical, na qual o máximo poder está ligado à independência econômica, se correlaciona com as relações de descendência, mas também as de afinidade (os cônjuges), por causa da exclusão das esposas das tarefas produtivas no espaço público. As conexões entre irmãos tampouco são estritamente horizontais, pela influência da idade e pelo sexo. Isso quer dizer que os posicionamentos estão intensamente vinculados a papéis determinados, ou dito de outro jeito, que a submissão na unidade familiar tem a ver com ser, além de mulheres, filhas de mulheres sozinhas e, no caso de Lady, solteira, ela própria.

Segundo Pierre Bourdieu, “o funcionamento da unidade doméstica como *campo* encontra seu limite nas consequências da dominação masculina que orientam a família à lógica do corpo” (1997: 134-135). Para tornar visíveis as diferentes posições e as dinâmicas no campo familiar é necessário reativar a distinção entre os diferentes tipos de capital: econômico, simbólico, cultural e social. Assim, os discursos das cartas deixam transparecer, por trás da

aparência de família unida e harmoniosa, as tensões relacionais que se produzem, em forma de críticas, queixas, etc.

As mulheres que participam das correspondências do *corpus*, independentemente do estado civil, se caracterizam por um posicionamento subalterno em virtude de sua falta de capital econômico, motivo pelo qual careceriam da autoridade necessária para serem representantes da família como instituição. A linguagem da época tinha uma expressão precisa para essa função: ‘o cabeça de família’. No entanto, não é ‘o cabeça de família’ quem exerce diretamente a representação do corpo familiar na comunicação epistolar familiar: a única voz autorizada para falar por todos delega esse poder, e essa delegação recai sobre quem foi capaz de acumular bastante capital cultural para dominar a competência comunicativa epistolar. Graças a isso, fica aberta a possibilidade de acumular também capital social, em forma de relacionamentos diretos com parentes que moram longe. Não nos esqueçamos de que Lady escreve por e para a sua mãe, enquanto Antônia, Carmina e Marta o fazem pelos maridos. A informação textual e contextual das cartas é suficiente para conferir uma concorrência dentro do grupo de irmãos da segunda geração para ocupar o posto de porta vozes entre as unidades familiares. Também se torna evidente que as mulheres que afinal assumiram esse papel (Antônia e Lady) usaram o domínio da escrita perante às suas respectivas irmãs, e que outros parentes não foram capazes ou nem quiseram exercer essa função de vínculo comunicativo. Embora o poder de mediação interfamiliar oferecesse algumas vantagens para elas no começo, pouco a pouco se tornou contraproducente pela falta de recompensa (efetiva mais do que afetiva) à cansativa dedicação de manter a correspondência.

As mulheres enunciam nas cartas a aceitação de sua posição de classe e sua disposição ao trabalho abnegado, incorporadas ao seu *habitus*. Na análise contextual, isso se exemplifica no uso de diferentes materiais: Lady escreve à máquina, sempre sobre uma folha única de papel fininho, para diminuir o custo do envio pelo correio aéreo; Antônia reduz ao máximo a letra e as

margens para ocupar a superfície toda do papel na elaboração das cópias e rascunhos, nos materiais mais ordinários; Carmina, no entanto, dá o tom de distinção usando envelopes de melhor qualidade e coloridos. Com certeza, aproveitar a página inteira com a escrita, usar a face branca de bilhetes de loteria e impressos comerciais, ou seja, todo papel com possibilidade de ser reutilizado, é um traço de classe (trabalhadora, camponesa) e também de estilo, no que poderíamos chamar de *popular* em oposição a uma posição distintiva.

O *habitus* é eficazmente simbólico quando faz incorporar, como profecia auto realizada, uma posição submissa, de invisibilidade. O exemplo mais evidente desse apagamento é que os nomes das mulheres casadas não podiam aparecer nos envelopes das cartas, mesmo sendo elas as responsáveis por todas as tarefas de escrever, ler, fazer circular e conservá-las.

Nem é necessária a força física para obter a adesão ao poder masculino ao qual as mulheres se sentem obrigadas a ceder, incorporada através de esquemas de apreciação e auto apreciação que naturalizam a posição social. É através da violência simbólica que a dominação se institui firmemente, negando à mulher a possibilidade de sequer imaginar qualquer outra identidade ou papel na realidade, pois não dispõe “de outro instrumento de conhecimento que aquele que divide com o dominador” (Bourdieu 2000: 51). Spivak (2003) chama de “violência epistêmica” essa forma de dominação que nas cartas de Antônia aparece no enunciado: “eu disso entendo pouco”.

Aliás, seria ingênuo simplificar o funcionamento da violência simbólica e seus efeitos convertendo os homens em culpáveis e as mulheres em vítimas. Eles são também prisioneiros de um dever varonil igualmente incorporado como *habitus* e fortemente sancionado socialmente. Quando alguém quer escapar do seu papel de homem protetor e provedor tem que pagar por isso, o que aconteceu com algumas figuras masculinas do epistolário.

A antropóloga Josepa Cucó (2004) considera que, pelo menos durante os dois primeiros terços do século XX, a sociabilidade das mulheres das classes

populares na Espanha se conformava a um padrão bastante homogêneo, limitado aos relacionamentos de parentesco e de vizinhança. O contexto sociocultural, ou seja, a condição institucionalizada da mulher da época, excluía do horizonte de possibilidades de Antônia estabelecer uma relação de amizade com Lady. Essa negação do prazer de ter amigos, atribuída culturalmente aos homens, foi confirmada também nas entrevistas.

A análise chega ao fim atendendo a alguns aspectos textuais observados nas cartas, como as confusões ou escolhas inconscientes no uso da língua, que explicam a reprodução discursiva da dominação masculina. A conexão com nosso objeto aparece assim em plenitude: a servidão das mulheres à comunicação epistolar familiar contrasta com a suposta aquisição de poder que é comum atribuir ao uso da palavra escrita. Elas são donas das vozes próprias, e foram capazes de criar uma relação de confiança na qual encontraram consolo, compreensão e carinho. No entanto, as posições delas no campo familiar não permitiram que assumissem um papel autônomo, mas tiveram que se relacionar no interior de um quadro familiar no qual não havia espaço, por exemplo, para a experiência da intimidade.